

Cabral, Bernardo
19 OUT 1990

Cabral diz que não teve culpa dos erros jurídicos

por Marta Salomon
de Brasília

O ex-ministro da Justiça, deputado Bernardo Cabral, admitiu os erros jurídicos cometidos nos primeiros sete meses do governo Collor, mas negou que tivesse responsabilidade sobre qualquer desses "equívocos". Durante a meia hora em que esteve na tribuna da Câmara, ontem, o deputado manteve-se como fiel aliado do governo: ele preferiu não acusar ninguém pelos erros.

"Não sei por que artimanhas, que maledicências atribuíram a mim", disse Cabral, "para que se marcassem a minha saída pela incompetência." Logo ao subir à tribuna, o deputado adiantou que rebateria as críticas feitas à sua gestão com um "discurso técnico".

Nas únicas referências feitas por Cabral aos eventuais responsáveis pelos erros jurídicos, o deputado citou o Ministério da Economia e a "área econômica" do governo. O Ministério da Economia foi envolvido em cinco dos dezesseis erros

jurídicos, como no caso das medidas provisórias 153 e 156, editadas no primeiro dia do governo e logo depois revogadas.

Foram atribuídas ao Ministério da Economia as decisões contraditórias sobre o bloqueio do FGTS, a prorrogação do prazo para saque de cruzados para aposentados, a revogação para a Igreja Católica converter cruzados e a decisão do governo de rever a concessão às empresas em dificuldades financeiras para contestarem o pagamento de repositões salariais. Segundo Cabral, foi uma "decisão exclusiva" da equipe econômica criar a alíquota de 20% sobre as transferências de titularidade dos cruzados novos — medida revogada em menos de 24 horas.

Cabral só assumiu a responsabilidade pela medida provisória que proibiu a concessão de liminares contra o plano econômico. A decisão de estender a proibição também à concessão de cautelares, porém, não teria partido do Ministério da Justiça.

1990

GAZETA MERCANTIL 19 OUT 1990

GAZETA MERCANTIL